

As atividades de controle interno da Câmara Municipal de Viana foram definidas com base no Plano Anual de Auditoria Interna para exercício de 2025, aprovado pela Resolução Administrativa nº01/2025, publicado no diário oficial em 14/02/2025, edição: 2.705, tendo como foco o exame dos principais pontos de controle recomendados pela IN 68/2020 do TCE/ES. O planejamento dos trabalhos foi pautado em fatores como capacidade técnica e operacional da unidade de controle interno; análise de risco; necessidades administrativas da Câmara Municipal de Viana; atendimento a solicitações internas e também atendimento a determinações do TCE/ES, dentre outros.

O quadro funcional da Controle Interno contou com dois servidores efetivos, conforme tabela abaixo:

Nome	Nomeação	Cargo	Formação
Gicelly Butzke Vieira	Portaria 025/2021	Controladora	Administração
Edmar Lyrio Temporim	Portaria 040/2022	Auditor Interno	Ciências Econômicas

A execução dos trabalhos da unidade de controle interno se deu de forma prévia e concomitante. De forma prévia houve a elaboração de instruções normativas próprias para a Câmara Municipal de Viana, a partir de reuniões com as unidades executoras para debater demandas e rotinas que estavam passíveis de regulamentação. De forma concomitante houve verificação dos pontos de controle considerados mais relevantes pela instrução normativa TCEES n. 68/2020 e acompanhamento da alimentação do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Viana.

O trabalho de controle interno foi desenvolvido com vistas a reforçar a importância do controle, visto que um bom controle contribui para uma boa gestão, logo é objetivo de todo gestor público fazer um gerenciamento eficaz e eficiente dos recursos públicos.

2. Auditorias

As auditorias foram realizadas considerando o plano anual de auditoria, aprovado pela Resolução Administrativa n.01/2025, de responsabilidade do auditor interno legislativo. Os relatórios de auditoria realizados e suas respectivas recomendações estão disponíveis no Portal da Transparência, disponível em: <https://cmviana-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=56>

3. Instruções Normativas

O processo de elaboração das instruções normativas contou com estudos e pesquisas sobre o tema, além de diálogos com os setores responsáveis, a fim de se obter embasamento e conhecimento sobre as peculiaridades de cada setor. Em 2025 houve a elaboração da instrução normativa nº 04/2024 – que dispõe sobre a realização de auditorias internas no âmbito da Câmara Municipal, processo eletrônico nº 354/2025, a qual está em

revisão pela CRAN- Comissão Especial de Revisão e Consolidação de Atos Normativos.

Além disso, houve a elaboração da instrução normativa nº01/2025 - que tem como objetivo estabelecer procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito do Poder Legislativo, desenvolvendo o tema Gestão Documental, processo eletrônico nº 1.024/2025, a qual encontra-se em revisão pela CEGDA - Comissão Especial de Gestão Documental e Arquivística.

Outrossim, encontra-se em desenvolvimento a normativa que trata sobre a Política de Gestão de Riscos, que dispõe sobre princípios e diretrizes gerais para a implementação da análise de riscos na Câmara Municipal de Viana, processo eletrônico nº 1.584/2024.

A Câmara Municipal de Viana conta atualmente com 10 instruções normativas aprovadas, os atos normativos estão disponíveis na íntegra no Portal da Transparência e no site institucional, nos links: <https://cmviana-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=57> ; <https://www.camaraviana.es.gov.br/controladoria/legislacao/especie/1/instrucoes-normativas> .

Instruções normativas vigentes:		
Instrução Normativa nº01/2021 - Sistema de Controle e Transparência - “Norma das Normas”	Publicação: 06/07/2021	Dispõe sobre a elaboração de Instruções Normativas a respeito das rotinas de trabalho a serem observadas por todas unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Viana-ES, objetivando a implementação de procedimentos de controle, denominada “Norma das Normas”.
Instrução Normativa nº01/2022 - Almoxarifado	Publicação: 17/03/2022	Dispõe sobre as rotinas de trabalho, processos de recebimento, controle de estoque, guarda, conservação e fornecimento de materiais de consumo e permanente a serem observadas pelo Setor de Almoxarifado.
Instrução Normativa nº02/2022 - Patrimônio e Inventário	Publicação: 17/03/2022	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Patrimônio e Inventário da Câmara Municipal na execução de suas atividades e rotinas de trabalho.
Instrução Normativa nº01/2022- Sistema Legislativo - Comissões Legislativas	Publicação: 13/04/2022	Dispõe sobre o processo legislativo e os procedimentos de controle a serem observados no encaminhamento de processos e expedientes às Comissões Legislativas
Instrução Normativa nº01/2023 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos - Pesquisa de Preços	Publicação: 26/01/2023	Dispõe sobre as diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Câmara Municipal de Viana, com base na Lei nº14.133/2021.

Instrução Normativa nº02/2023 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos - Dispensa Eletrônica	Publicação: 31/03/2023	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, prevista na Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Viana, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº03/2023 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos - Agente de Contratação	Publicação: 27/04/2023	Dispõe sobre a regulamentação da atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Viana.
Instrução Normativa nº01/2023 - Sistema Financeiro, Contábil e Orçamentário - Concessão de diárias	Publicação: 28/06/2023	Dispõe sobre normas e procedimentos para solicitação, concessão e prestação de contas do uso de diárias, cursos de capacitação e passagens concedidas a servidores e membros da Câmara Municipal de Viana.
Instrução Normativa nº01/2023 - Sistema Jurídico - Parecer referencial	Publicação: 20/07/2023	Dispõe sobre a elaboração de pareceres referenciais previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico e a regulamentação da manifestação jurídica, previstas na Lei nº14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Viana.
Instrução Normativa nº04/2024 - Sistema de Compras, Licitações e Contratos - Estudo Técnico Preliminar	Publicação: 10/04/2024	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito do Poder Legislativo de Viana.

4. Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos

Conforme orienta a Instrução Normativa TCEES nº 32/2014, a Tomada de contas especial é um processo instaurado pela autoridade administrativa competente, de ofício, depois de esgotadas as medidas administrativas internas, ou por determinação do Tribunal, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o respectivo ressarcimento. No âmbito do Legislativo, durante o exercício de 2025, não foi instaurada Tomada de Contas Especial.

5. Outras atividades desenvolvidas

Análise dos Relatórios de Atividades Externas: Os relatórios de atividades externas dos servidores dos gabinetes são enviados mensalmente a Controladoria para análise do que dispõe a Lei nº3.198/2022, após análise são devolvidos ao setor de Recursos Humanos e o conteúdo da análise enviado ao presidente da Câmara.

Participação no Programa Nacional da Transparência Pública: O Programa Nacional de Transparência Pública promove ações voltadas à ampliação da transparência das informações do Poder Público, como a realização do Levantamento Nacional de Transparência Pública; desenvolvimento do Radar da Transparência Pública Nacional; e institucionalização de Mês da Transparência Pública Nacional, em novembro. Realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), pelos Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), seu objetivo é examinar o nível de transparência ativa nos sites institucionais do Poder Público, nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios). Após a análise dos técnicos dos Tribunais de Contas, cada portal é classificado conforme o percentual de critérios atendidos. Os sites que atenderem a 75% dos critérios receberão um selo de transparência (Diamante, Ouro ou Prata). A Câmara Municipal de Viana alcançou o índice de transparência de 96,23% em 2025, mantendo o nível acima de 95% alcançado nas avaliações anteriores (2023: 97,42%, 2024: 98,92%), permanecendo entre as 10 maiores notas do estado. O resultado da avaliação pode ser conferido em: <https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>.

Relatório de Gestão Fiscal: O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF tem como objetivo o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF relativos a despesa com pessoal, com publicação quadrimestral. A Controladoria, em trabalho conjunto com a Contabilidade, atuou na verificação do cumprimento dos limites e, dentro da responsabilidade que é conferida ao controle interno, assinou os relatórios, que foram publicados dentro dos prazos instituídos por lei. As publicações dos relatórios podem ser conferidas pelo link: <https://cmviana-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=5>.

6. Considerações Finais

Além das atribuições legais, tais como envio de relatórios e prestação de contas mensais e anuais, o controle interno observou prazos e atualizações dos preceitos legais, estando em conformidade com as requisições que lhe foram pertinentes. Todas as demandas dos órgãos de controle direcionadas à Controladoria foram atendidas dentro do prazo.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA

Em cumprimento ao disposto no art. 30, inciso III, da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Câmara Municipal de Viana/ES apresenta o Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria Geral Parlamentar, contendo dados estatísticos referentes às manifestações recebidas, atendidas e indeferidas no exercício de 2025 (dois mil e vinte e cinco), bem como informações gerais sobre os trabalhos.

Este relatório tem por finalidade assegurar a transparência das ações institucionais, fortalecer o controle social e promover a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Poder Legislativo Municipal.

DEMANDAS E SOLICITAÇÕES

2.1 Meios de Entrada

Meio de Entrada	Total
Meio físico – Protocolo	0
Meio eletrônico – e-OUV, e-SIC e e-mail	52
Total Geral	52

2.2 Média das Demandas

Média diária de solicitações: 0,14 solicitação/dia

Média mensal de solicitações: 4,35 solicitações/mês

RESULTADOS DAS DEMANDAS

No exercício de 2025, todas as 52 manifestações (100%) foram devidamente analisadas e concluídas.

Atendidas e atendidas parcialmente: 48 manifestações

Indeferidas: 4 manifestações

INFORMAÇÕES SOBRE OS SOLICITANTES

4.1 Cidades dos Solicitantes

Cidade	Quantidade	Percentual
Não informado	27	51,92%
Apucarana	1	1,92%
Boa Esperança	1	1,92%
Cariacica	2	3,85%
Viana	20	38,46%
Vila Velha	1	1,92%
Total	52	100,00%

ORIGEM DAS DEMANDAS

Canal	Quantidade	Percentual
e-OUV	52	100%
e-SIC	0	0%
Total	52	100,00%

IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS

Demandas identificadas: 52

Percentual: 100,00%

TEMPO DE RESPOSTA

Prazo de Resposta	Quantidade	Percentual
Até 7 dias	46	88,46%
Até 15 dias	6	11,54%
Até 20 dias	0	0%
Até 30 dias	0	0%
Acima de 30 dias	0	0%
Total	52	100,00%

MANIFESTAÇÕES MÊS A MÊS

Mês	Quantidade	Mês	Quantidade
Janeiro	4	Julho	8
Fevereiro	4	Agosto	10
Março	5	Setembro	7
Abril	1	Outubro	4
Maio	1	Novembro	5
Junho	1	Dezembro	2

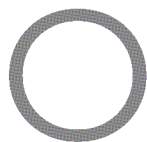
INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Registra-se, ainda, nos termos dos incisos I e II do art. 30 da Lei Federal nº 12.527/2011, que não houve desclassificação de informações, bem como que não existem informações classificadas ou mantidas sob sigilo na Câmara Municipal de Viana/ES, desde a vigência da Lei de Acesso à Informação até 31 de dezembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ouvidoria Geral Parlamentar da Câmara Municipal de Viana/ES reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência administrativa e o atendimento qualificado ao cidadão. Os dados apresentados demonstram a efetividade dos canais de comunicação disponibilizados e o empenho na prestação de respostas tempestivas e fundamentadas às manifestações recebidas.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES PROCURADORIA



presente Relatório Anual de Atividades da Procuradoria da Câmara Municipal de Viana, referente ao exercício de 2025, tem como objetivo apresentar uma síntese das atividades específicas da área jurídica, bem como apresentados sobre os trabalhos desenvolvidos, servindo também como um instrumento de prestação de contas, que ressalta a importância deste setor jurídico para desenvolvimento dos trabalhos legislativos.

As atividades típicas deste setor envolvem a representação da Câmara Municipal, em juízo ou fora dele, em processos; a emissão de parecer verbal ou por memoriais sobre a interpretação de textos legais; análise de minutas de contratos, convênios, acordos e ajustes; a análise prévia de projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, regulamento e documentos correlatos; quando solicitado, prestar assessoria aos órgãos colegiados da Câmara Municipal, sobretudo às Comissões Permanentes; e o assessoramento da presidência em suas relações políticas-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas.

No exercício de 2025, integraram o setor jurídico e foram responsáveis pelas atividades os seguintes servidores: Dr^a Luana do Amaral Peterle, Procuradora; Dr. Paulo Cesar Cunha-lima do Nascimento, Procurador; Filipe da Silva Santos, Assessor Jurídico-Legislativo; e Bruno Deorce Gomes, Assessor Jurídico-Legislativo.

As informações contidas neste relatório foram extraídas do sistema de tramitação de processos e da ferramenta “Trello”, adotada como sistema organizacional deste setor, e consolidadas pelos servidores, com revisão e anuência final do Procuradores.

ATUAÇÃO EM PROCESSOS LEGISLATIVOS

A atuação deste setor em procedimentos legislativos se dá, especialmente, pela atuação conjunta da Procuradora e do Consultor Jurídico na emissão de pareceres sob o prisma estritamente jurídico, considerando que não compete ao setor adentrar no mérito legislativo das proposições.

Os pareceres proferidos com caráter meramente opinativo, foram juntados aos processos administrativos dos respectivos Projetos de Lei de autoria dos Parlamentares, da Mesa Diretora e oriundo do Poder Executivo

Em síntese, no exercício de 2025, foram emitidos 99 (noventa e nove) pareceres em Processos Legislativos, dentre os quais estão os projetos de leis iniciativa do Poder Legislativo e do Poder Executivo, os projetos de Decreto Legislativo e Resoluções.

A relação dos procedimentos que contou com a atuação da Procuradoria, por meio de pareceres, pode ser verificada no arquivo XLSX anexo.

ATUAÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A atuação em processos administrativos está nas atribuições da Procuradora deste órgão. Os processos administrativos são compostos por procedimentos licitatórios, procedimentos de contratação direta, e outros assuntos afetos ao direito administrativo, como: concursos públicos, direito e deveres de servidores ativos e inativos da Câmara Municipal.

Além da atuação por meio da emissão de pareceres orais e em memoriais, no contexto da atuação administrativa, a Procuradoria elabora documentos e atos internos, minuta de respostas e analisa demandas oriundas de outros órgãos. No ano de 2025, foram praticados cerca de 88 (oitenta e oito) atos, dentre pareceres, análises de minutas e elaboração de documentos e atos internos.

Registre-se que, além das manifestações formais (parecer), foram efetuadas orientações orais, reuniões de alinhamento e fornecimento de modelos para aperfeiçoamento da rotina administrativa.

A relação dos procedimentos administrativos que contou com a atuação da Procuradoria pode ser verificada na planilha em anexo.

ATUAÇÃO EM PROCESSOS JUDICIAIS, RESPOSTAS EXTERNAS E REUNIÕES OFICIAIS

A atuação em processos judiciais é uma das atividades típicas desse setor, sendo exercida, em 2025, em três ocasiões, nos seguintes processos: peticionamento nos processos de nº 5017627-93.2024.8.08.0000 (ADI – TJES); 0001817-56.2016.5.17.0191 (RT | TRT ES) e 0001800-47.2017.5.17.0009 (RT | TRT ES).

Além das respostas judiciais, foram exercidas minutas de documentos relativos a esclarecimentos do gestor junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, bem como a resposta aos órgãos de controle externo (TCE, MPES e MPF).

ANEXOS

Conforme orientação disposta no ofício 02/2025 (Diretoria Geral), as tabelas estão dispostas em arquivo XLSX.

Além das tabelas, estão em formato de pastas no Excel os seguintes anexos:

Relação de pareceres emitidos em processos legislativos;
Relação de pareceres emitidos em processos administrativos;
Relação de atuação em processos judiciais.

RELAÇÃO DE PARECERES EMITIDOS EM PROJETOS DE LEI, DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES

PARECER	DATA	OBJETO
03 /. 2025	2/10/2025	Parecer Jurídico - PLO 017/2025
04 /. 2025	3/12/2025	Parecer Jurídico - PLO 013/2025
05 /. 2025	3/12/2025	Parecer Jurídico - PLO 015/2025
06 /. 2025	3/12/2025	Parecer Jurídico - PLO 036/2025
08 /. 2025	3/16/2025	Parecer Jurídico - PLO 006/2025
10 /. 2025	3/16/2025	Parecer Jurídico - PLO 032/2025
100 / 2025	10/8/2025	Parecer jurídico - PLO 119/2025
101 / 2025	10/13/2025	Parecer jurídico - PR 002/2025
102 / 2025	10/20/2025	Parecer jurídico - PLO 126/2025
103 / 2025	10/30/2025	Parecer Jurídico - PLO 72/2025
104 / 2025	10/31/2025	Parecer jurídico - Veto parcial
105 / 2025	11/3/2025	Parecer jurídico PLO 068/2025
106 / 2025	11/3/2025	Parecer jurídico PLO 074/2025
107 / 2025	11/4/2025	Parecer jurídico - 114/2025
108 / 2025	10/31/2025	Parecer jurídico - PLO 125/2025
109 / 2025	11/17/2025	Parecer jurídico PLO 141/2025
11 /. 2025	3/17/2025	Parecer Jurídico - PLO 024/2025
110 / 2025	11/17/2025	Parecer jurídico PLO 131/2025

111 / 2025	11/24/2025	Parecer jurídico - PLO 135/2025
112 / 2025	11/24/2025	Parecer jurídico PLO 144/2025
114 / 2025	12/1/2025	Parecer jurídico PLO 110/2025
115 / 2025	12/1/2025	Parecer jurídico PLO 142/2025
116 / 2025	12/1/2025	Parecer jurídico PLO 145/2025
118 / 2025	12/9/2025	Parecer jurídico PLO 149/2025
12 / 2025	3/19/2025	Parecer Jurídico - PLO 014/2025
120 / 2025	12/15/2025	Parecer jurídico PLO 152/2025
121 / 2025	12/17/2025	Parecer jurídico PLO 154/2025
124 / 2025	12/29/2025	Parecer jurídico PLO 156/2025
13 / 2025	3/24/2025	Parecer Jurídico - PLO 040/2025
14 / 2025	3/24/2025	Parecer Jurídico - PLO 027/2025
15 / 2025	3/24/2025	Parecer Jurídico - PLO 009/2025
16 / 2025	3/24/2025	Parecer Jurídico - PLO 033/2025
17 / 2025	3/24/2025	Parecer Jurídico - PLO 029/2025
18 / 2025	3/31/2025	Parecer Jurídico - PLO 022/2025
19 / 2025	3/31/2025	Parecer Jurídico - PLO 041/2025
22 / 2025	4/7/2025	Parecer Jurídico - PLO 019/2025
24 / 2025	4/8/2025	Parecer Jurídico - PLO 042/2025
25 / 2025	4/9/2025	Parecer Jurídico - PLO 047/2025
26 / 2025	4/14/2025	Parecer Jurídico - PLO 018/2025

28 / 2025	4/29/2025	Parecer Jurídico - PLO 037/2025
29 / 2025	4/29/2025	Parecer Jurídico - PLO 043/2025
30 / 2025	4/30/2025	Parecer Jurídico - PLO 048/2025
32 / 2025	5/5/2025	Parecer Jurídico - PLO 026/2025
35 / 2025	5/13/2025	Parecer Jurídico - PLO 038/2025
38 / 2025	5/20/2025	Parecer Jurídico - PLO 056/2025
41 / 2025	5/27/2025	Parecer Jurídico - PLO 053/2025
42 / 2025	5/27/2025	Parecer jurídico - PLO 061/2025
43 / 2025	5/27/2025	Parecer jurídico - PLO 052/2025
44 / 2025	5/27/2025	Parecer jurídico - PLO 055/2025
45 / 2025	6/3/2025	Parecer Jurídico - PLO 058/2025
46 / 2025	6/3/2025	Parecer Jurídico - PLO 020/2025
47 / 2025	6/3/2025	Parecer Jurídica - PLO 054/2025
49 / 2025	6/5/2025	Parecer jurídico - PLO 044/2025
50 / 2025	6/5/2025	Parecer jurídico - PLO 051/2025
51 / 2025	6/5/2025	Parecer jurídico - PL 049/2025
52 / 2025	6/5/2025	Parecer jurídico - PLO 025/2025
53 / 2025	6/9/2025	Parecer jurídico - PLO 067/2025
54 / 2025	6/9/2025	Parecer jurídico - PLO 007/2025
55 / 2025	6/9/2025	Parecer jurídico PLO 021/2025
58 / 2025	6/16/2025	Parecer jurídico - PLO 046/2025